

**PLANO DE PROVIDÊNCIAS**

**Órgão:** Secretaria Municipal de Finanças

**Objeto:** Avaliar os processos de trabalho referentes à inscrição e execução/cobrança extrajudicial da Dívida Ativa sob responsabilidade do Departamento de Cobrança e Controle da Arrecadação (DCCA), bem como os procedimentos contemplados em cada uma dessas etapas.

<b>Tema / Processo</b>	<b>Ponto de Auditoria</b>	<b>Recomendação</b>	<b>Providências a serem implementadas</b>	<b>Prazo para implementação</b>	<b>Posicionamento do Gestor (indicação do responsável)</b>
Cadastro de Contribuintes	Dificuldades no processo de higienização do cadastro de contribuintes (5.1.1).	1) Realizar estudo da estrutura atual de recursos humanos da área de cadastro dos contribuintes, com vistas a permitir maior celeridade no processo de higienização deste cadastro.	1.1- Elaborar proposta de reestruturação de todo o Departamento, com a criação formal de um "setor" de Cadastro.	1º Trimestre de 2016	Diretor DCCA
			1.2 - Concluir as demandas em andamento que visam obter dados atualizados para fins cadastrais.	Conforme prazos especificados nos sub-itens 1.2.1 a 1.2.4	Conforme responsáveis especificados nos sub-itens 1.2.1 a 1.2.4
			1.2.1 – Solicitar a Apuração Especial junto à RFB;	Protocolo nº 14/10/30.439 - Fase final de contratação (elaboração do contrato)	Diretor DCCA
			1.2.2 – Solicitar o Convênio com a ARISP;	Protocolo nº 13/10/54.898 - Fase final de contratação (cadastramento da ARISP no setor de Contas a Pagar)	Diretor DCCA
			1.2.3 – Iniciar a operação da DTIM;	1ª Declaração prevista para o final do mês de Julho/2015	DRI
			1.2.4 - Solicitar a aquisição da Base de Dados dos Cartórios de Registro de Imóveis, anteriores à DTIM;	Outubro/2015	Diretor DCCA
			1.3 – Solicitar o retorno dos servidores do DCCA, emprestados a outros Departamentos.	2º Semestre de 2015	Diretor DCCA

Tema / Processo	Ponto de Auditoria	Recomendação	Providências a serem implementadas	Prazo para implementação	Posicionamento do Gestor (indicação do responsável)
Inscrição e Cobrança Extrajudicial	Ausência de contador de prazo prescricional no Sistema de Informações Municipais (SIM) (5.2.1).	1) Avaliar os meios necessários à implantação deste aplicativo ao SIM acessível aos órgãos integrantes do sistema de gestão da Dívida Ativa, com vistas a minimizar o risco de prescrição de créditos e consequentemente de danos ao erário.	1.1 - Finalizar a especificação da alteração necessária no sistema SIM quanto aos registro das datas em que ocorrem suspensão e liberação dos créditos, anexando a imagem do documento que sustenta o registro;	2º Semestre de 2015	Coordenador CSACPT
			1.2 - Normatizar os procedimentos, criando obrigações a diversos Departamentos/Setores da Secretaria;	Imediatamente antes da entrada em produção do aplicativo previsto no item 1	Gabinete SMF
			1.3 - Comunicar via ofício, as Secretarias/Departamentos envolvidos nas rotinas de Lançamentos/Instrução de Processos/Decisões de 1ª e 2ª Instância, da necessidade de se criar uma estrutura para a digitalização de documentos, cujas imagens serão agregadas aos lançamentos registrados no sistema SIM.	2º Semestre de 2015	Coordenador CSCA
	Fragilidades do sistema SIM sobre os processos de inscrição e dos controles das cobranças extrajudiciais (5.2.2).	1) Incorporar no Sistema SIM as planilhas eletrônicas criadas pelo próprio DCCA com finalidade de suprir lacunas atualmente existentes no Sistema, incluindo tal ação na agenda de prioridades de serviços a serem prestados pela IMA.	1.1 – Considerando que todas as informações relativas aos créditos estão integras no sistema SIM, e que a incorporação das funcionalidades de gestão da régua de cobrança no sistema SIM é uma demanda de grande porte e que impactaria no desenvolvimento de outros aplicativos.	Em função dos aspectos apresentados, esta ação não será realizada no momento.	Não se aplica

Tema / Processo	Ponto de Auditoria	Recomendação	Providências a serem implementadas	Prazo para implementação	Posicionamento do Gestor (indicação do responsável)
Cancelamentos	Ausência de normatização relativa aos procedimentos de cancelamento de créditos inscritos (5.3.1).	1) Normatizar os procedimentos dos cancelamentos de créditos em Dívida Ativa proporcionando celeridade, segurança e transparência das decisões administrativas.	1.1 – Preparar minuta de norma específica.	2º Semestre de 2015	Diretor
	Heterogeneidade no registro dos motivos para cancelamento de créditos inscritos (5.3.2).	1) Homogeneizar as informações no campo “observações” de modo que todas incluam registros que facilitem a rastreabilidade do crédito cancelado.	1.1 - A questão da homogeneização do campo "observações" deve ser tratada por meio de norma específica, já a questão da rastreabilidade é possível conforme abordado no item 2 (abaixo) considerando ainda a providência apontada.	2º Semestre de 2015	Diretor
		2) Desenvolver um novo campo de informação para serem inseridos os motivos dos cancelamentos, devidamente classificados.	2.1 – Rever as classificações do campo "Situação Fiscal" do sistema SIM, que já tem essa função, para melhorar a capacidade de rastreamento de situações individualizadas, que passarão a valer para os registros efetuados após a revisão.	2º Semestre de 2015	Coordenador CSACPT
Cancelamentos	Fragilidades na política de segurança do acesso ao sistema SIM relativas aos cancelamentos de créditos de Dívida Ativa (5.3.3).	1) Promover a articulação junto ao DEINFO e demais órgãos pertinentes, procedendo esforços para a revisão da política oficial da segurança de acesso ao sistema relacionado a Dívida Ativa.	1.1 – Cancelar as permissões de acessos de vários usuários do Sistema SIM (inclusive alguns genéricos existentes) de aplicações do SIM que possibilitam o cancelamento de débitos; 1.2 - Pesquisar, nos relatórios de cancelamento de débito encaminhados ao TCE nos exercícios de 2012 e 2013, de eventual cancelamento registrado contendo como operador os usuários de funcionários da IMA, não encontrando nenhum resultado registrado no campo “Observações” do Sistema. 1.3 - Reencaminhar o protocolo 2013/10/19217 ao DEINFO para adoção de medidas relativas a política de segurança das senhas dos Sistemas da Prefeitura, em especial o SIM e login de rede, bem como análise quanto aos logins de rede genéricos. 1.4 - Solicitar ao DEINFO a extinção dos Logins Genéricos (dos sistemas e da rede).	Responsável pela equipe de TI / DCCA	Coordenador CSACPT

Tema / Processo	Ponto de Auditoria	Recomendação	Providências a serem implementadas	Prazo para implementação	Posicionamento do Gestor (indicação do responsável)	
Cancelamentos	Fragilidades na política de segurança do acesso ao sistema SIM relativas aos cancelamentos de créditos de Dívida Ativa (5.3.3).	1) Promover a articulação junto ao DEINFO e demais órgãos pertinentes, procedendo esforços para a revisão da política oficial da segurança de acesso ao sistema relacionado a Dívida Ativa.	1.5 – Elaborar minuta de norma para definição de liberação e cancelamento de senhas do sistema SIM, no âmbito do DCCA.	Responsável pela equipe de TI / DCCA	Coordenador CSACPT	
			1.6 – Oficiar o DEINFO apontando a necessidade de se normatizar no âmbito da PMC as regras de liberação e cancelamento de senhas do sistema SIM.	2º Semestre de 2015	Coordenador CSACPT	
	Prescrição de crédito inscrito em Dívida Ativa (5.3.4)	1) Averiguar, após minuciosa avaliação, a necessidade de encaminhamento para apuração de responsabilidades administrativas, frente a prescrição do crédito ocorrida que causou o cancelamento de R\$ 245.137,06 (duzentos e quarenta e cinco mil, cento e trinta e sete reais e seis centavos).	1.1 – Analisar o presente caso no início dos trabalhos da Comissão a ser criada, em função da recomendação 3 do ponto de auditoria (5.3.4).	1.1 – Analisar o presente caso no início dos trabalhos da Comissão a ser criada, em função da recomendação 3 do ponto de auditoria (5.3.4).	1º Semestre de 2016	Comissão (item 5.3.4)
				2.1 – Analisar pedidos específicos dos devedores quanto à ocorrência de prescrição.	1º Semestre de 2016	Coordenador CSCA
				2.2 – Analisar ocorrência de prescrições identificadas com base nos dados de créditos registrados no sistema SIM, independente de protocolo específico.	1º Semestre de 2016	Coordenador CSCA
				2.3 – Analisar ocorrência de prescrições identificadas com base nos dados de Acordos de Parcelamento e Saldos de Parcelamento registrados no sistema SIM, independente de protocolo específico.	2º Semestre de 2015	Coordenador CSCA

Tema / Processo	Ponto de Auditoria	Recomendação	Providências a serem implementadas	Prazo para implementação	Posicionamento do Gestor (indicação do responsável)
Cancelamentos	Prescrição de crédito inscrito em Dívida Ativa (5.3.4).	3) Empreender meios necessários para revisão dos procedimentos internos com a finalidade de evitar a ocorrência de prescrições de créditos.	3.1 - Criar Comissão na SMF, composta por membros dos Departamentos vinculados à Arrecadação, com os seguintes objetivos: 3.1.1 - Resgatar os estudos efetuados pela Comissão Técnica de Cobrança criada pela Portaria SMF nº 001/2008 com trabalhos estendidos nos termos da Portaria SMF 01/2009; 3.1.2 - Analisar os Créditos Tributários e Não Tributários e seus referidos processos, extintos pela Prescrição; 3.1.3 - Consultar os diversos Departamentos para estudos das causas que levaram à prescrição de Créditos Tributários e Não Tributários; 3.1.4 - Consolidar as causas recorrentes que geraram a prescrição de créditos; 3.1.5 - Avaliar as rotinas e sistemas atuais em função das causas de prescrições identificadas. 3.1.6 - Propôr correção de Estrutura, Rotinas e Sistemas a fim de minimizar a ocorrência de novas prescrições; 3.1.7 - Propôr aperfeiçoamentos de Estrutura, Rotinas e Sistemas, a fim de minimizar a ocorrência de novas prescrições.	1º Trimestre de 2016 – Criação  2º Semestre de 2016 - Resultados preliminares	Assessoria do Gabinete SMF  Comissão implantada
	Fragilidades na rotina de verificações de eventuais inconsistências dos cancelamentos (5.3.5).	1) Ampliar o escopo do controle de segurança dos procedimentos de cancelamentos de créditos não pagos.	1.1 – Elaborar e encaminhar proposta de reformulação da estrutura atual do Departamento, em especial da CSACPT/DCCA, criando-se um setor de específico de TI e readequando as competências da coordenadoria, com o intuito de melhorar os controles internos.  1.2 – Criar verificação por amostragem dos créditos em Dívida Ativa, cancelados no Sistema SIM.	1º Trimestre de 2016  (ver providência 1.1 ponto de auditoria 5.1.1)	Diretor DCCA  Coordenador CSACPT
	Ausência da identificação do IP do terminal de acesso na funcionalidade “histórico das alterações” (5.3.6).	1) Ampliar a capacidade de identificação dos usuários do sistema quanto a atividade de cancelamento de créditos, propiciando um controle mais incisivo sobre a segurança da atividade.	1.1 – Solicitar a atualização do sistema para registrar a identificação do IP do terminal de onde foi efetuada a alteração.	2º Semestre de 2015	Coordenador CSACPT

<b>Tema / Processo</b>	<b>Ponto de Auditoria</b>	<b>Recomendação</b>	<b>Providências a serem implementadas</b>	<b>Prazo para implementação</b>	<b>Posicionamento do Gestor (indicação do responsável)</b>
Contabilização da Dívida Ativa	Carência de integração completa entre funcionalidades do SIM para a gestão da Dívida Ativa e contabilização dos registros da Dívida Ativa (5.4.1).	1) Verificar os meios necessários para a completa e tempestiva contabilização dos registros da Dívida Ativa.	1.1 – Elaborar estudo em ação conjunta entre o DCCA e o DECOR para análise das atividades passíveis de automação para que haja repercussão na contabilidade das movimentações promovidas no conta-corrente da Dívida Ativa.	31/12/2015	Diretor DECOR
Contabilização da Dívida Ativa	Não utilização de critério de provisionamento para perdas de créditos de Dívida Ativa até o exercício fiscal de 2013 (5.4.2).	1) Adequar-se às normas e resoluções da Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NCAPS).	1.1 – A partir de 2014 (ano obrigatório) para o registro, o DECOR mediante os informes prestados pelo DCCA realizou o lançamento contábil relativo à provisão de perdas de créditos da Dívida Ativa.	Implementado desde 2014	Diretor DECOR

Campinas, 06 de novembro de 2015.